



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

KAMILLA ROCHA FERREIRA

**A PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO
SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO (SESC CENTRO) CAMPINA
GRANDE- PB: demandas e respostas profissionais.**

CAMPINA GRANDE – PB
2013

KAMILLA ROCHA FERREIRA

**A PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO
SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO (SESC CENTRO) CAMPINA
GRANDE - PB: demandas e respostas profissionais.**

*Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Serviço
Social da Universidade Estadual da
Paraíba como pré-requisito para
obtenção do título de bacharela em
Serviço Social.*

Orientadora: Dra. Mônica Barros da Nóbrega

CAMPINA GRANDE
2013

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB

F383p Ferreira, Kamilla Rocha .

A prática profissional do Assistente Social no serviço social do comércio (SESC CENTRO) Campina Grande – PB: demandas e respostas profissionais [manuscrito]/ Kamilla Rocha Ferreira. – 2013.

23 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2013.

“Orientação: Profa. Dra. Mônica Barros da Nóbrega, Departamento de Serviço Social”.

1. Serviço social. 2. Prática profissional. 3. Demandas e respostas profissionais. I. Título.

21. ed. CDD 361.3

KAMILLA ROCHA FERREIRA

**A PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO
SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO (SESC CENTRO) CAMPINA
GRANDE - PB: demandas e respostas profissionais.**

*Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Serviço Social
da Universidade Estadual da Paraíba
como pré-requisito para obtenção do
título de bacharela em Serviço Social.*

Aprovado em: 19 / 09 / 2013

Nota: 9,0

Banca Examinadora

Mônica Barros da Nóbrega

Profa. Dra. Mônica Barros da Nóbrega – DSS/CCSA
Orientadora

Thereza Karla de Souza Melo

Profa. Ma. Thereza Karla de Souza Melo – DSS/CCSA
Examinadora

Célia de Castro

Profa. Ma. Célia de Castro – DSS/CCSA
Examinadora

KAMILLA ROCHA FERREIRA

A PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO (SESC CENTRO) CAMPINA GRANDE - PB: demandas e respostas profissionais.

Kamilla Rocha Ferreira ¹

RESUMO

O presente artigo é fruto de um projeto de pesquisa desenvolvido no Serviço Social do Comercio (SESC Centro) , na cidade de campina Grande-PB, que teve como objetivo principal analisar a prática profissional do assistente social, a partir das demandas que lhes são postas e das respostas profissionais. Metodologicamente a investigação caracterizou-se como bibliográfica e de campo, sendo fundamentada na dialética marxista. Foi realizada nos meses de setembro a dezembro de 2012, tendo como sujeito a assistente social e como instrumento de coleta de dados a entrevista, o diário de campo e a observação participante. Os resultados demonstram que os rebatimentos das transformações societárias em curso na profissão se expressam, sobretudo, na multifuncionalidade, ampliação da jornada de trabalho e precarização das condições de trabalho, com desdobramentos para a qualidade dos serviços prestados. As demandas institucionais postas à profissão têm claros propósitos de fortalecer a imagem social da instituição e as respostas profissionais vêm sendo implementadas em conformidade com tais necessidades.

Palavras – chave: Serviço Social. Prática profissional. Demandas e respostas profissionais.

ABSTRACT

This article is the result of a research project conducted at the Social Service Trade (SESC Center) in the city of Campina Grande, the main objective was to analyze the professional practice of social worker, from the demands imposed on them and the professional answers. Methodological the investigation characterized as bibliographic and on place, being grounded in Marxist dialectics. The research was conducted in the months from September to December 2012, having as subject the social worker and as instrument for data collection, the interview, the local diary and the participant observation. The results demonstrate that aftermaths of societal transformations in the professions are expressed mainly on multifunctionality extension of working hours and precarious working conditions, with consequences for the quality of services provided. The institutional demands in the profession have clear purposes of strengthening the social image of the institution and professional answers are being implemented in accordance with the necessities.

Keywords: Social Services. Professional practice. Demands and professionals answers.

¹ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto de um projeto de pesquisa desenvolvido durante a nossa experiência enquanto estagiária do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, no Serviço Social do Comércio (SESC – Centro), no município de Campina Grande – PB, no setor denominado Trabalho Social com Idosos (TSI). Pesquisa esta que teve como objetivo principal analisar a prática profissional do assistente social, a partir das demandas que lhes são postas e das respostas profissionais implementadas.

Demandas aqui entendida como sendo “[...] requisições técnico-operativas que, através do mercado de trabalho, incorporam as exigências dos sujeitos demandantes, não necessariamente confundindo-se com as necessidades sociais propriamente ditas.” (MOTA e AMARAL, 2010: 25).

A relevância desse tema repousa na necessidade de apreendermos e desvendarmos as atuais demandas postas à profissão para assim podermos construir respostas profissionais sintonizadas com o projeto ético-político da profissão.

É recorrente na literatura profissional, notadamente naquela pautada na tradição marxiana/marxista, que as atuais transformações societárias rebatem consideravelmente nas demandas profissionais e, conseqüentemente, nas respostas implementadas pelos assistentes sociais, com fortes implicações para a materialização do projeto ético-político da profissão.

Assim, acreditamos que os resultados dessa pesquisa poderão contribuir para o aprofundamento do debate na agenda profissional acerca dos atuais desafios da prática do assistente social, bem como para a construção de estratégias de atuação crítica que visem à superação do pragmatismo no âmbito da profissão. Ou seja, de uma intervenção efetiva que contribua com o desenvolvimento de processos sociais emancipatórios.

Metodologicamente a investigação caracterizou-se como bibliográfica e de campo, sendo fundamentada na dialética marxista, com o propósito de revelar a dinâmica entre a aparência e a essência do objeto em questão, reproduzindo criticamente, e por aproximações sucessivas, o seu movimento historicamente situado. Foi realizada nos meses de setembro a dezembro de 2012, tendo como sujeito a assistente social que desenvolve suas ações junto aos idosos e

como instrumento de coleta de dados a entrevista, o diário de campo e a observação participante.

Os resultados desse percurso investigativo foram condensados neste trabalho, que está estruturado em dois tópicos.

No primeiro, a trajetória analítica voltou-se para um breve resgate histórico do Serviço Social do Comércio enquanto espaço sócio ocupacional do Serviço Social. A ênfase recaiu sobre o contexto histórico de seu surgimento, a inserção da profissão de Serviço Social neste espaço, particularizando o município de Campina Grande – PB.

No segundo, a análise centrou-se na prática profissional do assistente social no atual momento histórico, com destaque para as demandas e respostas profissionais.

Para finalizar elaboramos as nossas considerações e elencamos as referências utilizadas.

2. O SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO: breves considerações

No Brasil, os anos de 1940, como afirma Yamamoto (2007), foram marcados por uma política econômica que se colocava nitidamente a serviço do modelo de industrialização adotado no país, a partir dos anos 1930. A participação da burguesia na gestão do Estado, neste momento, se revelou através de suas entidades representativas, no que se refere ao planejamento e à implementação das políticas estatais.

Concomitantes ao processo de industrialização surgiram movimentos operários com reivindicações por trabalho e melhores condições de vida, trazendo para a cena política as insatisfações dos trabalhadores com a ordem social vigente, a qual privilegiava o plano econômico em detrimento do social.

Foi nesse contexto, marcado por profundas contradições, que o Estado passou a adotar uma política de proteção ao trabalhador, ao mesmo tempo em que buscou estimular o trabalho e a ampliação da produção. Criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e promulgou uma legislação trabalhista que contemplava, até certo ponto, as necessidades do trabalhador, sem, contudo, deixar de privilegiar os interesses da industrialização.

A constituição de um conjunto de serviços e políticas sociais e de um aparato institucional sócio-assistencial para operacionalizá-los, cristalizado na década de 1940, se colocou nesse empreendimento do Estado brasileiro, que, aliando a tradição conservadora nacional oriunda do período colonial e imperial, passou a enfrentar as expressões da “questão social¹” a partir das referências de um projeto de cunho reformista-conservador.

Assim, o Serviço Social do Comércio (SESC) foi constituído e oficializado em 13 de setembro de 1946, integrando a Confederação Nacional do Comércio, a partir da iniciativa de alguns empresários do Comércio de Bens e Serviços e organizações sindicais, integrando o rol das grandes instituições assistenciais, estatais, paraestatais e autárquicas criadas nesse período.

No decreto nº 1065/2004, que aprova as diretrizes gerais de ação dessa instituição, consta que as finalidades que fundamentam sua gênese são:

1. Contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores no comércio e seus dependentes;

2. Contribuir, no âmbito de suas áreas de ação, para o desenvolvimento econômico e social, participando do esforço coletivo para assegurar melhores condições de vida para todos.

Compete ao SESC sistematizar os serviços sociais adaptados às insuficiências e as possibilidades locais, regionais e nacionais; valer-se de recursos educativos e assistenciais existentes, sejam públicos ou particulares; realizar cursos e atividades na área de serviço social; habilitar sua equipe técnica; e proporcionar a aproximação entre empregados e empregadores.

Portanto, funciona paralelamente ao Estado sem nele se unificar. É mantido por recursos repassados pelo governo, o qual fiscaliza seu emprego. Logo, mesmo administrado de forma privada, depende do Estado que opera como mediador no processo de arrecadação. Os recursos para a sua construção e operacionalização são presumidos com base num percentual de 1,5% sobre as folhas de pagamento dos empregadores, desde que seus estabelecimentos façam parte das entidades sindicais pertencentes à

¹ “Questão social” aqui entendida como “O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade”. (IAMAMOTO, 2011, p. 27)

Confederação Nacional do Comércio, conforme a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Segundo Yamamoto (2007, p. 268),

O Estado institucionaliza a iniciativa da burguesia industrial – da sua fração dominante – para que essa classe se organize e gerencie mecanismos assistenciais unificadores das iniciativas já existentes em inúmeras empresas, num grande complexo assistencial, extrapolando sua ação das unidades de produção para o cotidiano da vida do proletariado [...] Nesse sentido, apesar da iniciativa de criação (do SESC) ter partido de diversos grupos patronais, sua existência só pode se tornar viável através da intervenção do Estado.

Podemos ressaltar que o SESC foi criado com a finalidade de amenizar as contradições de classe, provenientes do modo de produção capitalista. Sua gênese fundamenta-se no enfrentamento das expressões da “questão social” pelo Estado e frações da classe dominante. Sua clientela é composta pelos trabalhadores do comércio de bens e serviços, dependentes e comunidade, para a qual destina ações e serviços nas áreas de educação, saúde, lazer, cultura e assistência.

Em suma, emergiu num contexto marcado pela consolidação da industrialização e urbanização do país, sob os ditames de um Estado imperioso, portador de um caráter desenvolvimentista e intervencionista.

No Estado da Paraíba o SESC possui até então dezessete unidades, distribuídas nas cidades de Patos, Souza, João Pessoa, Guarabira, Cajazeiras e Campina Grande, onde estão situadas duas unidades: o SESC Açude Velho e o SESC Centro.

O SESC Açude Velho, localiza-se na Rua Paulo Frontin, em frente ao Açude Velho, daí a denominação, no bairro do catolé. Desenvolve ações direcionadas para a saúde, recreação e esportes. No que se refere à estrutura física, a unidade em questão possui piscinas, quadras, ginásio, campo de futebol, entre outros. No que tange ao Serviço Social no SESC Açude Velho, este se insere no setor denominado Trabalho Social com Idosos - TSI, onde são desenvolvidas atividades voltadas para grupos de convivência da terceira idade.

A unidade do SESC Centro foi criada em 1998, estando atualmente localizada na Rua Jiló Guedes, número 650, no Bairro Santo Antônio. No

Serviço Social, nesta unidade, são desenvolvidas, primordialmente, atividades voltadas para a problemática da terceira idade e da alimentação.

No Banco de Alimentos, por exemplo, são realizadas oficinas e palestras direcionadas para o combate ao desperdício de mantimentos, através do programa Mesa Brasil. Este tem por objetivo principal promover a doação de alimentos à instituições credenciadas no referido programa, em nome da responsabilidade social, com vistas a melhoria da qualidade de vida dos seus utentes.

Com relação ao TSI no SESC Centro - Campina Grande - PB, setor no qual foi realizado o estágio, podemos ressaltar que as ações desenvolvidas são voltadas, basicamente, para o estímulo à participação ativa dos idosos na dinâmica da sociedade.

Segundo Küchemann (2012), com base no Censo Demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o contingente de pessoas idosas no país é de 20.590.599 milhões, ou seja, aproximadamente 10,8 % da população total. Logo, o Brasil é um país que envelhece a passos largos. As alterações na dinâmica populacional são claras, inequívocas e irreversíveis.

Para Beltrão, Camarano e Melo (2004), o crescimento populacional vem ocorrendo em inúmeros países, inclusive no Brasil. No ano de 2020 cerca de 30,9 milhões de pessoas estarão acima de 60 anos de idade.

Assim, a constatação do célere envelhecimento populacional do país e a ineficiência das políticas sociais para os idosos levou o SESC a voltar-se para esse segmento, visto que expressa uma demanda social.

Nesse sentido, definiu o Grupo de Convivência como uma ação primordial para nortear o Trabalho Social com Idosos. Através de atividades fundamentadas na metodologia de grupo vem buscando instigar a participação social do idoso na sociedade, proporcionando, sobretudo, a sua interação com pessoas da mesma idade e de outras gerações e a socialização de informações.

Nesses espaços são, pois, realizadas ações que buscam estimular o desenvolvimento físico e mental dos idosos, contribuindo para o fortalecimento de sua autoestima e autonomia, a exemplo de aulas de dança, teatro etc. Os

encontros são realizados semanalmente, proporcionando momentos de reintegração e valorização do papel social do idoso.

Enfim, o SESC é uma das grandes instituições de cunho social e assistencial que, segundo Iamamoto (2007), emergiu como parte dos esforços reformadores do Estado para atender às pressões das novas forças sociais urbanas. Como estratégia de enfrentamento das sequelas da “questão social”, com o objetivo de amenizar a insatisfação da classe operária acerca de suas condições de vida, precarizadas pelo modo de produção vigente. Desde o seu surgimento incorpora em seu quadro profissional assistentes sociais, constituindo-se um importante marco para o Serviço Social brasileiro.

A criação dessas instituições, pois, configurou-se também como sendo o processo de legitimação e institucionalização do Serviço Social. A profissão de assistente social somente pôde se consolidar e romper o estreito quadro de sua origem no bloco católico a partir e no mercado de trabalho que se abriu com a criação das referidas instituições, as quais desempenharam funções políticas, econômicas e ideológicas vitais para a permanência da dominação de classe. Foram, pois, extremamente funcionais ao processo conservador de modernização capitalista brasileira em curso, na medida em que garantiram a extração do máximo de trabalho excedente da classe trabalhadora, mantendo a “ordem” e a “paz social” através dos benefícios indiretos.

Desse modo, como escreveu Netto (1996), o Serviço Social configurou-se em mais uma das profissões cuja inserção na divisão social e técnica do trabalho se deram a partir de sua vinculação orgânica com as prerrogativas e princípios do projeto reformista conservador, aqui implementado na era dos monopólios. Foram às formas de tratamento das expressões da “questão social”, empreendidas a partir dos fundamentos desse projeto, que germinaram as condições objetivas e subjetivas para a emergência e institucionalização da profissão, que por sua vez estabeleceu e apresentou suas respostas sócio-profissionais também balizadas por ele.

3. A PRÁTICA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO CENÁRIO ATUAL

A partir da década de 1970, o capitalismo mundial passou a enfrentar mais uma de suas crises, culminando com a reorganização da esfera produtiva,

com vista à recuperação das taxas de lucros, o que vem repercutido em todos os âmbitos da vida em sociedade.

Segundo Netto (1996, p. 96), na esfera social observam-se modificações no perfil demográfico das populações, expansão urbana, crescimento das atividades de serviços, difusão da educação formal e alterações na estrutura da família, convulsionando os padrões de sociabilidade. Enfim, significativas alterações no mundo do trabalho, caracterizadas pela redução do trabalho fabril e pelo aumento da subproletarização, refletida na precarização das condições de trabalho, desemprego e terceirização. Como consequência desses fenômenos tem-se o aumento de segmentos desprotegidos, constituídos, sobretudo, por crianças e adolescentes e aposentados pobres. “[...] situados nas bordas da 'sociedade oficial' eles se vêem e são vistos como uma 'não-sociedade' ou uma 'contra-sociedade' — e assim interatuam com a ordem”.

Na área econômica, verifica-se a substituição do modelo fordista-keynesiano pela acumulação flexível, enquanto resposta do capitalismo a sua crise. Nesse contexto se sobressai a chamada revolução tecnológica e a crescente substituição do trabalho vivo pelo uso de máquinas, implicando uma extraordinária economia de trabalho vivo e a elevação da composição orgânica do capital. Ou seja, dando origem a uma reestruturação radical do mercado de trabalho com a introdução de novas modalidades de contratação, de estratificação e discriminações entre os que trabalham (cortes de sexo, de idade, de cor etc.).

No campo da cultura, pode-se constatar a translação da lógica do capital para todos os processos do espaço cultural, ou seja, produção, divulgação e consumo, e o desenvolvimento de formas culturais socializáveis pelos meios eletrônicos (a televisão, o vídeo), a chamada multimídia. Como consequência, a cultura se transforma em mercadoria, torna-se descartável e efêmera, afirmando-se como cultura do consumo, na qual a distinção entre aparência e essência é desqualificada.

No plano político, conclui Netto (1996, p.100), as transformações societárias se expressam, principalmente, nas relações entre o Estado e a sociedade civil. Por um lado tem-se o crescente aumento da oligarquia financeira e, por outro, modificações na configuração da classe trabalhadora

com fortes repercussões nas suas entidades representativas, a exemplo da dessindicalização. Com relação ao Estado, a mudança mais visível se expressa na diminuição de seu caráter regulador, embora mantenha o seu caráter de classe, resultando na redução dos direitos sociais e no protagonismo da sociedade civil, com o surgimento do terceiro setor, que passa a desenvolver ações de competência do Estado. Desse modo, “desenvolve-se hoje uma ‘cultura política’ anti-Estado”.

Enfim, o Estado vem marcando uma significativa presença no apoio às denominadas classes produtoras, aliada a uma débil participação na reprodução e socialização da força de trabalho (IAMAMOTO, 2011).

Como bem comentou Alencar (2009, p. 2),

As transformações sociais em curso no cenário mundial desde a década de 1970 não se restringem à dimensão produtiva e tecnológica, mas diz respeito também a regulação socioestatal com claras incidências nas configurações dos sistemas públicos de proteção social nacional. No novo contexto social, foram restauradas as perspectivas liberal - conservadoras, travestidas no neoliberalismo, entoando o canto do poder autoregulador das forças de mercado para restabelecer o ajuste entre oferta e demanda de trabalho; e, também, avesso à intervenção do Estado no plano econômico e social. Ancorados nos princípios econômicos do neoliberalismo, este processo repercutiu nos processos de regulação e reprodução social.

Logo, segundo Netto (1996), estamos imersos em transformações societárias que tem repercutido fortemente na vida social como um todo, recaindo sobre os mais variados aspectos que constituem a sociedade, inclusive sobre a profissão do assistente social, suas áreas de intervenção, seus suportes de conhecimento e de implementação, suas funcionalidades etc.

Assim, surge a necessidade de que estratégias profissionais sejam construídas, de forma a dar respostas às problemáticas que emergem nesse contexto, garantindo a consolidação e efetivação do projeto ético-político da profissão, que expressa não somente o amadurecimento interno da profissão, mas sua posição de resistência em face ao contexto de crise do capital. Projeto este materializado a partir da conjunção de varias dimensões, as quais contemplam desde o efetivo reconhecimento da teoria social critica como substrato teórico e politico-cultural capaz de fundamentá-lo, até a organização

política da categoria e o conjunto de documentos que orientam política e juridicamente a profissão no país (Lei 8. 662/93 que regulamenta a profissão; o Código de Ética de 1993; e as Diretrizes Curriculares para a formação acadêmica).

Guerra (2001) adverte que as mudanças a nível macrossocial que ora estão ocorrendo, implicam em modificações nas demandas profissionais do assistente social, nos mais variados espaços de intervenção, nas expressões da “questão social”, entre outras, que por sua vez incitarão uma “redefinição” de seu objeto de intervenção. Como consequência, se atribuirá a esses profissionais novas funções e simultaneamente novas condições na obtenção de novas habilidades.

Contudo, como adverte Netto (1996, p. 124)

As possibilidades objetivas de manutenção da demanda social da profissão não se mostram ameaçadas, mas impõem ao Serviço Social a necessidade de elaborar respostas mais qualificadas (do ponto de vista operativo) e mais legitimadas (do ponto de vista sociopolítico) para as questões que recaem no âmbito da intervenção profissional.

Para o referido autor, enfim, os segmentos da categoria profissional que melhor responderem as exigências do mercado de trabalho tenderão a polarizar a cultura profissional e a aprofundar ou reverter à direção social estratégica do projeto ético político da profissão.

Assim, partimos do suposto de que se faz necessário problematizar, no atual contexto histórico, as demandas que são postas ao assistente social e as respostas profissionais implementadas, para que possamos apreender “[...] as mediações que vinculam as ‘reais necessidades’ do processo de reestruturação produtiva com as reais exigências do mercado de trabalho profissional” (MOTA e AMARAL, 2010, p. 26).

O maior desafio a ser enfrentado pelo Serviço Social no contexto atual é apreender essas “necessidades”, seja qual for sua natureza, se são colocadas pelo capital ou pelo trabalho. Para que isso ocorra, faz-se necessário reconstruir a ponte que liga as demandas às necessidades que a fundamentam, com base num aporte teórico-metodológico, contextualizando esse processo.

Desse modo,

[...] a principal tarefa posta ao Serviço Social, na atual conjuntura, é a de identificar o conjunto das necessidades (políticas, sociais, materiais e culturais), quer do capital, quer do trabalho, que estão subjacentes às exigências de sua refuncionalização. Neste caso, é preciso refazer – teórica e metodologicamente – o caminho entre a demanda e as suas necessidades fundantes, situando-as na sociedade capitalista contemporânea, com toda a sua complexidade (MOTA e AMARAL, 2010, p. 26).

Tomando como referência o exposto, no tópico a seguir analisaremos a prática profissional do assistente social no SESC Centro Campina Grande, mais especificamente no setor do Trabalho Social com Idosos, a partir das demandas que lhe são postas, bem como das respostas profissionais implementadas. Logo, buscaremos problematizá-las, considerando as determinações estruturais e conjunturais que incidem sobre tal problemática.

3.1 O Serviço Social no Trabalho Social com Idosos desenvolvido no SESC – Centro, no município de Campina Grande – PB

A inserção da assistente social ², sujeito da pesquisa, no SESC - Centro em Campina Grande se deu no final da década de 1990, mais especificamente em 1998. Seu vínculo empregatício é regido pela CLT. Sua carga horária é de 40 horas semanais, desenvolvidas nos setores: Trabalho Social com Idosos e Turismo Social, apesar da aprovação do Projeto de Lei nº 152/2008 que define a jornada máxima de trabalho do assistente social em trinta horas semanais sem redução salarial, sancionado em 26 de agosto de 2010.

No setor de Turismo Social, são promovidas excursões para diferentes locais do Nordeste e do Brasil, a preços acessíveis, destinadas não apenas aos comerciários, mas também ao público em geral. Neste setor a assistente social

² Com relação ao seu perfil podemos destacar que é do sexo feminino, graduada em Serviço Social pela Fundação Regional do Nordeste (FURNE), na década de 1980, atual Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Possui especialização em Desenvolvimento de Comunidade, já tendo trabalhado como assistente social na Prefeitura Municipal de Campina Grande e na Viação Itapemirim S. A.

é responsável pelo agendamento e inscrição de pessoas interessadas em viajar ou realizar excursões, além de contribuir no atendimento aos usuários, no que se refere à expedição da carteira de comerciário, pagamento de taxas de serviços etc.

Suas atribuições no setor do Trabalho Social com Idosos são:

- Participar da elaboração de planos de intervenção junto ao grupo de idosos;
- Promover oficinas, palestras de natureza sócio-cultural que abordem os direitos dos idosos;
- Desenvolver atividades lúdicas alusivas às datas comemorativas;
- Aplicar dinâmicas de grupo relacionadas a palestras temáticas;
- Compartilhar de discussões teóricas e de avaliação das atividades desenvolvidas com as idosas do Grupo Reviver;

No que diz respeito às demandas institucionais postas à profissão, podemos ressaltar que predomina aquelas já consolidadas na trajetória profissional, a exemplo da triagem socioeconômica, a concessão de benefícios e ações educativas, realizadas através de oficinas, palestras, atividades lúdicas e dinâmicas de grupo.

Assim, “a atividade profissional mantém o traço tradicional da prática, marcada pela natureza pedagógica da sua abordagem” (CESAR, 2010, p. 127).

Segundo Yamamoto (2011), o Serviço Social sempre foi requisitado pelas empresas para eliminar focos de tensões sociais, gerar um comportamento produtivo da força de trabalho, contribuindo para reduzir o absenteísmo, viabilizar benefícios sociais, atuar em relações humanas na esfera do trabalho. Embora essas demandas se mantenham, elas ocorrem hoje sob novas condições sociais e, pois, com novas mediações. Os chamamentos à participação, por exemplo, são acompanhados pelo discurso da valorização do trabalhador.

No que tange às competências profissionais, nesse espaço sócio ocupacional, ficou evidente que novas competências são requisitadas para a assistente social, com destaque para a multifuncionalidade, própria às requisições do atual mercado de trabalho, que vem drasticamente reduzindo postos de trabalho e exigindo um trabalhador polivalente. Essa multifuncionalidade se expressa através do desempenho de mais de uma função, uma vez que além de atuar como assistente social, a mesma é

responsável pelo setor do Turismo Social, desenvolvendo atividades de cunho técnico administrativo.

Segundo César (2010, p. 136),

A multifuncionalidade, associada ao crescimento da participação do profissional em trabalhos em equipe, passa a exigir do profissional, não apenas um maior domínio e conhecimento das tarefas dos demais trabalhadores, como permite uma maior interdependência de responsabilidades e, quando necessário à absorção de novas atividades.

Podemos afirmar que além dessa multifuncionalidade, há uma intensificação do trabalho do assistente social, expressa na ênfase do número de atendimentos realizados, visto que o SESC trabalha com metas, as quais devem ser atingidas, bem como uma ampliação da jornada de trabalho, pois quase sempre ultrapassa a sua carga horária prevista no contrato de trabalho. A essas questões se somam a cobrança por parte da gerência por resultados cada vez mais imediatos.

Dentre as respostas dadas a essas demandas estão o desenvolvimento de determinadas atividades, sobretudo aquelas educativas, através de reuniões, dinâmicas de grupo, palestras sobre temas específicos, tais como saúde, educação, envelhecimento, alimentação etc.; bem como aquelas recreativas, a exemplo das excursões e comemorações de datas festivas (carnaval, dia das mães, São João, entre outras).

Dentre os instrumentos técnico-operativos utilizados no seu exercício profissional podemos destacar a visita domiciliar, a entrevista e o atendimento individual.

Contudo, vale ressaltar que o SESC Centro não dispõe de um transporte exclusivo para a realização de tais visitas domiciliares, o que expressa também a precarização nas condições de trabalho desse profissional. Durante todo o período em que realizamos o nosso estágio, dez meses, nenhuma visita domiciliar foi realizada.

Com a precarização das condições de trabalho, revelada através dos contratos temporários, mais de um vínculo empregatício, extensa jornada de trabalho, falta de recursos para a implementação das ações, dentre outros, a prática profissional do assistente social sofre profundas mudanças.

Como afirma Guerra (2001, p. 21 - 22),

Tudo isso provoca a desqualificação do profissional e maior fragmentação da categoria. Também o caráter missionário, a falsa auto-representação da profissão como vocação [...] são dilemas colocados pelas condições de trabalho resultantes da conjuntura de crise.

Acerca dos desafios postos ao exercício profissional do assistente social nesse espaço sócio-ocupacional podemos destacar, sobretudo, aqueles que recaem sobre a autonomia profissional. Um dos obstáculos elencados pelo assistente social se refere à necessidade da aprovação da direção da instituição para a realização de algumas atividades, particularmente quando envolve recursos financeiros.

Nesse sentido, vale retomar a análise de lamamoto (2011, p. 63), acerca do tema em questão:

Ainda que dispondo de relativa autonomia na efetivação de seu trabalho, o assistente social depende, na organização da atividade, do Estado, da empresa, entidades não-governamentais que viabilizam aos usuários o acesso a seus serviços, forneçam meios e recursos para sua realização, estabelecem prioridades a serem cumpridas, interferem na definição de papéis, e funções que compõem o cotidiano do trabalho institucional. Ora, se assim é, a instituição não é um condicionante a mais do trabalho do assistente social. Ela organiza o trabalho do qual ele participa.

Para a autora, o assistente social, assim, não dispõe de uma autonomia absoluta. Ele desempenha suas atribuições conforme as regras institucionais. A instituição não é um mero condicionante da sua prática profissional. É ela que organiza o processo de trabalho, no qual o assistente se insere.

Logo,

O significado social do trabalho profissional do assistente social depende das relações que estabelece com os sujeitos sociais que o contratam, os quais personificam funções diferenciadas na sociedade. [...] Os empregadores determinam as necessidades sociais que o trabalho do assistente social deve responder; delimitam a matéria sobre a qual incide esse trabalho; interferem nas condições em que se operam os atendimentos assim como seus efeitos na reprodução das relações sociais. Eles impõem, ainda, exigências trabalhistas e ocupacionais aos seus empregados especializados. É nesta

condição de trabalhador assalariado que o assistente social se integra. (IAMAMOTO, 2011, p. 217).

Portanto, o assistente social não possui os meios necessários para que seu trabalho seja efetivado. Parte dessas condições precisa ser oferecida pelas instituições que o empregam. As exigências impostas pelos distintos empregadores materializam requisições, estabelecem funções e atribuições, impõem regulamentações específicas ao trabalho, além de normas contratuais que condicionam o conteúdo do trabalho realizado, estabelecendo limites e possibilidades à realização dos propósitos profissionais. (IAMAMOTO, 2011).

Com relação às possibilidades postas ao exercício profissional, apesar dos limites aqui já destacados, segundo o depoimento da assistente social, os objetivos da ação profissional são alcançados. Na sua avaliação as ações que são desenvolvidas, em particular aquelas que envolvem o trabalho educativo, como as palestras proferidas para os idosos, atendem as necessidades desse seguimento, visto que são abordados temas de seu interesse.

Enquanto sugestão para a melhoria da qualidade dos serviços prestados ressaltou a necessidade de um espaço físico exclusivo, onde possam ser realizadas as atividades educativas, a exemplo das reuniões, visto que estas ocorrem na “sala de vídeo”. Além da disponibilidade de recursos financeiros suficientes para o desenvolvimento dos trabalhos.

Diante do exposto, torna-se perceptível o fato de que, as transformações societárias, como afirma Netto (1996), trouxe mudanças significativas para o Serviço Social, recaindo sobre a prática profissional do assistente social.

A precariedade dos serviços com a qual hoje se depara os assistentes sociais, segundo Iamamoto (2011), tem sido fonte de angústias e questionamentos sobre o papel profissional, podendo estimular a burocratização e o vazio profissional. Contudo, é essa realidade que enfrentamos e da qual temos que partir, não podendo deixar que ela nos sufoque. A realidade não poderá ser o obstáculo, mas sim decifrada para que assim possamos descobrir os desafios e as possibilidades de trabalho.

4. CONSIDERAÇÕES APROXIMATIVAS

Com o tratamento realizado neste trabalho, a partir do material coletado, não é nossa intenção realizar conclusões definitivas, mas trazer para

o debate da agenda profissional elementos que consideramos relevantes e oferecer subsídios para estudos futuros.

No processo vivido ao longo de nossa pesquisa foi possível obter algumas descobertas que nos possibilitaram apreender a ampla e complexa problemática, objeto de estudo por nós delimitado. Descobertas estas que buscaremos, numa tentativa de síntese, destacá-las.

Na prática profissional do assistente social no Serviço Social do Comércio, em Campina Grande - PB, em particular, no setor do Trabalho Social com Idosos, observa-se claramente os rebatimentos das transformações societárias em curso na profissão, expressos, sobretudo, na multifuncionalidade, ampliação da jornada de trabalho, precarização das condições de trabalho, dentre outros, com desdobramentos para a qualidade dos serviços prestados.

A demanda institucional posta à profissão compreende uma ação sócio educativa junto aos idosos, que se materializa através de palestras, reuniões, organização de comemorações, como por exemplo, aniversários e datas comemorativas e inscrição dos idosos nos grupos de convivência etc., com claros propósitos de fortalecer a imagem social da instituição.

As respostas profissionais vêm sendo implementadas em conformidade com tais necessidades, sem, no entanto, serem problematizadas.

Assim, podemos dizer, com base nos dados coletados, que essa instituição permanece requisitando do assistente social o desenvolvimento de ações de natureza essencialmente assistencial e educativa, com vistas a atenuar os conflitos de classes, próprios da ordem burguesa.

Para Iamamoto (2011), é no terreno denso de tensões e contradições sociais que se coloca o protagonismo profissional. Ainda que os profissionais disponham de uma relativa autonomia na condução de suas atividades, os empregadores articulam um conjunto de condições que informam o processamento da ação e condicionam a possibilidade de realização dos resultados projetados.

Contudo, não podemos omitir como afirmaram Marx e Engels (2002), que são os homens que fazem sua história, apesar de o fazerem em condições historicamente determinadas.

A intencionalidade dos assistentes sociais, conforme Guerra (2001), o seu pôr teleológico está sempre direcionado pela razão e pela vontade, nos quais se localizam as perspectivas de liberdade dos homens e, de maneira geral, direcionam as escolhas sobre “o que”, “como” e “para que”, “quando” e “onde” fazer.

Desse modo, os resultados das ações dependem da existência de condições favoráveis, da adequação das escolhas e das intervenções aos objetivos que se pretende atingir e ao projeto societário que se prioriza, e, ainda, da correlação de forças presentes no momento. Logo, as tendências e perspectivas de atuação profissional devem ser apanhadas, necessariamente, no contexto histórico.

Para lamamoto (2011), ao passo que o assistente social sofre o peso do poder institucional, que estabelece limites à sua prática profissional, concomitantemente possui uma relativa autonomia. Esta por sua vez propicia o redimensionamento da sua prática de modo que suas decisões contrariem os objetivos institucionais. Isso porque no âmbito das relações sociais há um jogo de interesses que se opõem e que vão se revelar no espaço da instituição enquanto luta pelo poder.

Segundo Netto (1996), as exigências que estão sendo postas ao Serviço Social na sociedade contemporânea, tem como pedra de toque a questão da qualificação profissional. Partindo da constatação dessa realidade, o referido autor chama a atenção para a necessidade constante de capacitação do assistente social, seja através de especializações específicas da área em que atuam, seja na “reciclagem” dos profissionais formados há anos.

Portanto, como afirma lamamoto (2011), é preciso que os assistentes sociais tenham clareza do que fazem, para que assim, possam decifrar o significado da profissão. Que superem o teorismo estéril, o pragmatismo e o militantismo. As possibilidades estão dadas na realidade, mas não são transformadas em alternativas profissionais. Cabe aos profissionais apropriarem-se dessas possibilidades e, como sujeitos históricos, desenvolvê-las transformando-as em projetos e frentes de trabalho.

O debate acerca da prática profissional do assistente social na contemporaneidade contribui para ampliar uma autoconsciência dos profissionais quanto ao seu trabalho. Permite ultrapassar a visão isolada da

prática do assistente social como atividade individual do sujeito, ampliando sua apreensão para um conjunto de determinantes que interferem na configuração social deste trabalho, e lhe atribui características particulares. Logo, parece um caminho fértil para o enriquecimento do debate sobre o exercício profissional.

Compreender as problemáticas que incidem sobre a prática profissional do assistente social implica apreender os processos sociais que geram o contexto histórico no qual esse profissional se insere. Cabe salientar que não devemos conceber esse contexto histórico como um pano de fundo desses processos, mas sim como constitutivo dos mesmos.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, M. M. T. *O trabalho do assistente social nas organizações privadas não lucrativas*. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABPESS, 2009, p. 1 - 14.

BRASIL, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **LEI N. 12.317, DE 26 DE AGOSTO DE 2010**. Acrescenta dispositivo à Lei no 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social. Disponível em: <<http://trabajosocialbrasil.wordpress.com/2010/08/31/o-pl-30-horas-agora-e-lei-12-317-orientacoes-sobre-a-reducao-da-carga-horaria/>>. Acesso em 20 de setembro de 2013.

CAMARANO, A. A.; KANSO, S.; MELLO, J. L. Como vive o idoso brasileiro? In: _____. (org.). **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CÉSAR, M. J. Serviço Social e reestruturação produtiva: requisições, competência e condições de trabalho profissional. In: MOTA, A. E. (Org.). **A nova Fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2010, p. 115 - 148.

GUERRA, Y. *O Serviço Social frente à crise contemporânea: demandas e perspectivas*. In: **Revista Polêmica: com os olhos no futuro do Serviço Social**. N. 3. CRESS, Belém – PA, maio de 2001, p. 1 - 30.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 20ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Serviço Social em tempo de capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação teórico-metodológica**. 20ª Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

KUCHEMANN, B. A. **Envelhecimento populacional, cuidado e cidadania: velhos dilemas e novos desafios**. *Soc. estado*. [online]. 2012, vol.27, n.1, p. 165-180.

MARX, K; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Hucitec, 2002.

MOTA, A. E.; AMARAL, A. S. *Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social*. In: _____. (Org.) **A Nova Fábrica de Consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2008, p. 23 - 43.

NETTO, J. P. *Transformações societárias e Serviço Social - notas para uma análise prospectivo da profissão no Brasil*. In: **Revista Serviço Social e sociedade nº50**. São Paulo: Cortez, Abr/1996, p. 87-132.

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO (SESC). **Regimento Interno**. Aprovado pela Resolução AR/SESC/DF Nº 847/2011, de 04 de julho de 2011. Brasília, Agosto/2011.

_____. **Diretrizes Gerais de ação do Serviço Social do Comércio**. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do SESC, 2010.